



**RESOLUÇÃO Nº 011, DE 26 DE MARÇO DE 2025.**

**Aprova o Projeto Pedagógico do  
Curso de Graduação em  
Administração Pública – modalidade a  
distância.**

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o Parecer nº 021, de 26/03/2025, deste mesmo Conselho:

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Administração Pública – modalidade a distância, cujo projeto consta do Processo nº 23122.001983/2025-87.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São João del-Rei, 26 de março de 2025.

Profa. ROSY IARA MACIEL DE AZAMBUJA RIBEIRO  
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em exercício



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**

**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES**

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –  
PNAP**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA – MODALIDADE A DISTÂNCIA**

2025

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)  
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)  
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)  
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)  
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

## APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos idos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três

especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 5 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador

(Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de matérias didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira  
Coordenador

## SUMÁRIO

1	– Dados de Identificação do Curso	7
2	– Introdução	9
3	– Justificativa	12
4	– Universidade Aberta do Brasil: objetivos	15
5	– Diretoria de Educação a Distância da Capes	16
6	– Caracterização regional	17
6.1	BIBLIOTECAS E ACERVOS	20
7	– Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Federal de São João del-Rei ao Sistema Universidade Aberta do Brasil	22
8	– Aspectos institucionais	25
8.1	– Missão	25
8.2	– Princípios e valores	25
8.3	– Outros aspectos	26
9	– Concepção do Curso Administração Pública a distância	28
9.1	– Diretrizes metodológicas para formação do Curso	30
9.2	– Dimensões de formação	31
9.3	– Concepção pedagógica do Curso	32
9.3.1	– Objetivo geral	33
9.3.2	– Objetivos específicos	33
9.4	– Perfil do egresso	34
9.5	– Organização curricular	37
9.6	– Carga horária	38
9.7	– Matriz curricular	38

9.8 – Conteúdo programático	42
9.9 – Disciplinas eletivas	42
9.10 – Tópicos especiais em Temas Contemporâneos na Gestão Pública	42
9.11 – Estágio Supervisionado	43
9.12 – Atividades Complementares	43
9.13 Atividades de Extensão	44
10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica	46
10.1 – Equipe Multidisciplinar	47
10.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar	49
10.3 Docentes que participam da Gestão do Curso	49
10.4 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico- Administrativa	49
11.1 – Sistema de Tutoria	51
11.2 – Encontros presenciais	52
12. – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem	54
12.1 – Avaliação Institucional	54
12.2 – Avaliação dos Subsistemas de EaD	55
12.3 – Avaliação de Aprendizagem	56
13 Processo de Comunicação-interação entre os participantes	59
REFERÊNCIAS	60
ANEXO A – Fluxo	61
ANEXO B – Ementário	62
ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso	117
ANEXO D – Regimento de Estágio	118

## 1 – Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso:

Bacharelado em Administração Pública

b) Proponente:

Caroline Miriã Fontes Martins

Profa. Associada da Universidade Federal de São João del-Rei

e-mail: carolfontes@ufsj.edu.br

c) Público-alvo:

Interessados em estudar e discutir a temática de governo e Administração Pública, preferencialmente, servidores de todos os níveis e poderes do Estado, e as vagas remanescentes atenderão aos concluintes do ensino médio, que residam nas regiões circunvizinhas dos municípios que possuem Pólos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas 210 (duzentos e dez) vagas, na oferta do ano de 2025 distribuídas nos Polos de Educação a Distância (UAB) do Curso em Administração Pública à distância da UFSJ, com abrangência aos municípios circunvizinhos. Podendo ocorrer novas ofertas, quando da autorização por meio da UAB/CAPES e UFSJ.

e) Formas de ingresso:

- Processo seletivo para os servidores de todos os níveis e poderes do Estado, conforme normas do Programa Nacional de Administração Pública – PNAP e Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES.
- As vagas remanescentes serão preenchidas realizado via aos dispositivos legais estabelecidos pelo Regimento Geral da UFSJ, inclusive pelo ENEM e outras formas de admissão previstas em normas específicas da UFSJ, de acordo com a legislação e norma vigente.

f) Duração do curso:

Mínimo 8 (oito) semestres e Máximo de 10 (dez) semestres para integralização curricular, conforme nos termos do Artigo 6º da Resolução 012/2022 do CONEP.

g) Previsão para início das atividades:

A oferta do curso com o PPC reformulado, terá início no primeiro semestre de 2025

## 2 – Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a UFSJ oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ
- Regimentos geral da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ e do Núcleo de Educação a Distância – NEAD/UFSJ, vigentes.
- Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEP), vigentes.

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e

XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

### 3 – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

## 4 – Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

## 5 – Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

## 6 – Caracterização Regional

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) possui quase 40 anos de atuação. Até 2002, a UFSJ era denominada Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI). Essa fundação foi estabelecida pela Lei nº 7.555, de 28 de dezembro de 1986. A FUNREI foi resultado da fusão e federalização de três instituições: Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e Faculdade de Engenharia Industrial. Em 19 de abril de 2002, a FUNREI foi transformada em Universidade pela Lei nº 10.425, passando a ser conhecida como Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

A UFSJ abrange seis campi no Estado de Minas Gerais (MG), sendo três deles localizados no município São João del-Rei, quais sejam: Campus Santo Antônio, Campus Dom Bosco e Campus Tancredo Neves, além do Centro Cultural “Solar da Baronesa” e Fortim dos Emboabas. O município de São João del-Rei é pertencente, segundo IBGE (2021), a mesoregião do Campos das Vertentes. Em 2007, foram adquiridos dois novos campi. Dentre esses campi, na mesoregião do Oeste de Minas (IBGE, 2021), foi instituído o Campus Centro-oeste Dona Lindu, localizado no município de Divinópolis, oferecendo cursos na área de ciências biológicas. Ainda em 2007, na mesoregião do Metropolitana de Belo Horizonte (IBGE, 2021), foi implantado o o Campus Alto Paraopeba, situado na região dos municípios de Congonhas, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, São Brás do Suaçuí e Jeceaba. Nesse Campus são oferecidos cursos na área de engenharia. Por fim, em 2008, foi inaugurado o Campus Sete Lagoas, inserido na mesoregião de Belo Horizonte (IBGE, 2021), ofertando cursos na área de engenharia e ciências biológicas.

Dessa forma, observa-se que a UFSJ se insere de forma abrangente no Estado de Minas Gerais oferecendo democraticamente atividades de ensino, pesquisa e extensão neste Estado. Além dessa atuação regional, a UFSJ multiplicou suas ações de inserção regional e nacional, por meio do NEAD, com a utilização da estratégia da Educação a Distância e o desenvolvimento de novos suportes e tecnologias educacionais oferecendo cursos em localidades diversas

dos campi da UFSJ no Estado de Minas Gerais, bem como no Estado São Paulo.

Com vistas a impulsionar, a pesquisa e a extensão, a UFSJ conta com um corpo docente de 859 professores efetivos, dos quais 736 são doutores, 78 mestres e 44 especialistas, segundo dados do período de 2019 a 2022 (UFSJ, 2024a). Além disso, a UFSJ possui 503 técnicos administrativos (UFSJ, 2024a). Com uma oferta de 56% de cursos noturnos e um alto padrão de formação profissional, a UFSJ se destaca como uma instituição pública de alta qualidade e notavelmente inclusiva. Ainda, a UFSJ oferece 50 (cinquenta) cursos de graduação presencial, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como Administração, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, História, Geografia, Medicina, Letras, Pedagogia, Psicologia, entre outros (UFSJ, 2024a). Ademais, a UFSJ disponibiliza cursos de graduação a distância. No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a UFSJ oferece 30 (trinta) programas de mestrado e sendo 7 (sete) deles com possibilidade de doutorado (UFSJ, 2024a). Quanto ao número de alunos, em 2022, a UFSJ contava com 9.715 discentes na graduação presencial, 198 na graduação a distância, 46 discentes em cursos de *Lato Sensu* Presencial, 358 discentes em cursos de *Lato Sensu* à distância, 1.053 em programas de mestrado, 214 em programas de doutorado (UFSJ, 2024a). A universidade também oferece bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão, visando estimular o desenvolvimento acadêmico e a produção de conhecimento (UFSJ, 2024a). Ademais, a instituição oferta auxílios via Assistência Estudantil, visando o amparo e a permanência dos discentes (UFSJ, 2024a).

Não obstante, a UFSJ está comprometida com princípios éticos, gestão democrática, excelência acadêmica, pluralismo de ideias, interdisciplinaridade, respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, entre outros valores expressos em seu estatuto. Seus objetivos incluem a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico da região e do país, bem como a formação integral de seus estudantes e a produção de conhecimento relevante para a sociedade.

O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da UFSJ, criado em 2008, tem como missão implantar uma cultura de Educação a Distância na universidade, capacitando docentes e técnicos-administrativos, oferecendo cursos de extensão

e pós-graduação, desenvolvendo propostas pedagógicas inovadoras e realizando pesquisas sobre o uso das novas tecnologias na educação. A UFSJ, guiada por uma visão de educação comprometida com a democratização do acesso ao conhecimento, a produção científica e o desenvolvimento socioeconômico, continua a desempenhar um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na geração de impacto positivo em sua região e no país como um todo.

A UFSJ busca, ainda, ampliar a sua atuação internacional, possuindo em 2022, 73 acordos internacionais, contando, ainda, com a participação em grupos e programas com abrangência internacional, bem como promovendo com a participação de alunos da UFSJ em intercâmbio e/ou estágio internacional e com a participação de alunos estrangeiros na graduação e na pós-graduação da UFSJ (UFSJ, 2024a).

A UFSJ é composta por 6 (seis) unidades educacionais, pelo Centro Cultural Solar da Baronesa, pelo Centro de Referência Musicológica, pelo Fortim dos Emboabas e pelas fazendas experimentais Boa Esperança e Granja Manoa, abrangendo uma área total de 4.087.824,27 m<sup>2</sup>, sendo 212.650,57 m<sup>2</sup> de área construída, distribuída da seguinte forma: acadêmica: 117.157,92 m<sup>2</sup>; administrativa: 29.934,47 m<sup>2</sup>; esportiva: 38.532,14 m<sup>2</sup>; outras: 45.002,62 m<sup>2</sup>; segundo dados do Relatório UFSJ em Números de 2019 a 2022 (UFSJ, 2024a).

Como exposto anteriormente, por meio do Nead, a Universidade Federal de São João del-Rei tem multiplicado suas ações de inserção regional e nacional, com a utilização da estratégia da Educação a Distância e o desenvolvimento de novos suportes e tecnologias educacionais. O NEAD oferece o curso de graduação em Filosofia e em 2022 ofereceu cursos de pós-graduação *lato sensu* em vários polos de Apoio Presencial nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, quais sejam: Práticas de Letramento e Alfabetização e Mídias na Educação. Além destes, já foram ofertados em 2009 cursos de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais (SECADI). A partir de 2010, a UFSJ passou a oferecer o curso de Bacharelado em Administração Pública em seis polos de Apoio Presencial (Franca, Itamonte, São João del-Rei, Serrana, Sete Lagoas e Votorantim). Os cursos de Licenciatura em Matemática (13 polos) e Pedagogia (11 polos) iniciaram

suas ofertas em 2011. Foram ofertados, ainda, os curso de pós-graduação *Lato Sensu* de Educação Empreendedora (21 polos); Matemática (13 polos); e Dependência Química (em convênio com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais). Por fim, o NEAD oferta seis cursos de capacitação para o projeto Trilhas dos Futuros Educadores. Este projeto é um projeto do Governo do Estado de Minas Gerais que oferta aos servidores e outros profissionais da Secretaria de Estado de Educação, gratuitamente, cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação lato sensu (especialização e MBA), na modalidade EaD. Os cursos de capacitação já ofertados pelo NEAD são: Educação Bilíngue de/para Surdos: Práticas Pedagógicas, Educação Empreendedora e Empreendedorismo Social, Fundamentos e Princípios da Educação do Campo, Gestão Financeira no Setor Público, Gestão Orçamentária no Setor Público e Projetos e Inovação na Educação.

## **6.1 Bibliotecas e Acervos**

A Divisão de Bibliotecas (DIBIB) da Universidade Federal de São João del-Rei é um órgão de prestação de serviços vinculada administrativamente à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) e tem como finalidade promover a aquisição, organização, conservação e disseminação da informação à comunidade universitária, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão e reunir, organizar, manter e divulgar a produção intelectual da Universidade.

A Divisão de Biblioteca (DIBIB) da UFSJ é composta por 6 bibliotecas, uma em cada campus da UFSJ, e o Setor de Processamento Técnico (Sepro).

O acervo é constituído com os recursos orçamentários da UFSJ e doações. É formado por livros físicos e digitais, periódicos, teses, dissertações, fitas de vídeo, CD(s), DVD(s), normas técnicas e partituras, que atendem as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição, além de manter a memória da Universidade. Ele está protegido por sistema eletrônico de segurança.

A UFSJ possui aproximadamente 185 mil exemplares de livros físicos, 13 mil digitais pela plataforma da Minha Biblioteca, pacote completo das Normas Técnicas

da ABNT e Mercosul pela plataforma da *Target GEDWeb*. Além disso, possibilita o acesso ao Portal de Periódicos da Capes, que disponibiliza 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Ressalta-se que as plataformas digitais supramencionadas possibilita o acesso remoto dos discentes tanto dos cursos da modalidade presencial como dos cursos da modalidade à distância.

O serviço de empréstimo é realizado para a comunidade acadêmica ativa da UFSJ e a comunidade externa pode fazer uso da Biblioteca para consulta local. Para controle dos processos de aquisição, processamento técnico e circulação de acervo, a DIBIB utiliza o sistema *Pergamum* (<http://www.biblioteca.ufsj.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>). Há oferta periódica de treinamentos de capacitação para o uso do catálogo *Pergamum*, da biblioteca digital, portal de periódicos da Capes, fontes de informação on-line e aplicação de normas para trabalhos acadêmicos. Todos os alunos podem acessar tais recursos, encontrando as informações para utilizar a biblioteca on-line, por meio do site <http://www.dibib.ufsj.edu.br>.

## **7 – Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Federal de São João del-Rei ao Sistema Universidade Aberta do Brasil**

No ano de 2008, foi criado o Núcleo de Educação à Distância da UFSJ – NEAD – institucionalizando e materializando um processo que se iniciou com a adesão ao Consórcio Pró-Formar, em 2004 (junto às Universidades Federal de Lavras, Federal de Mato Grosso, Federal de Ouro Preto, do Estado de Mato Grosso, Federal de Mato Grosso do Sul e Federal do Espírito Santo) e culminou com o credenciamento da UFSJ na Universidade Aberta do Brasil – UAB. O NEAD – UFSJ ofereceu cursos de pós graduação *lato sensu* (Educação Empreendedora e Prática de Letramento e Alfabetização) para quatro pólos: Campos Gerais, Ilícinea, São João del-Rei e Santa Rita de Caldas, e possibilitou o desenvolvimento de novos suportes e tecnologias educacionais.

O envolvimento da UFSJ com EAD dá-se, em caráter institucional, com sua participação no Consórcio Pro-Formar que expressa a culminância de parcerias institucionais entre UFMT, UFOP, UNEMAT, UFMS, UFJF, UFLA e UFES, no oferecimento de cursos a distância de formação de professores. Essa experiência tem demonstrado que o trabalho cooperativo possibilita novas incursões e fortalece vínculos interinstitucionais, viabilizando experiências significativas e o desenvolvimento de competências relacionadas às novas tecnologias da informação e comunicação.

Neste contexto, o Núcleo de Educação a Distância – NEAD, da UFSJ, tem como objetivos:

1. implantação de uma cultura de Educação a Distância na UFSJ e na comunidade, projetando, implementando e gerenciando os recursos necessários ao processo de ensino-aprendizagem não presencial,
2. capacitação de docentes e técnicos- administrativos da UFSJ para atuação em EAD,
3. oferecimento de cursos de extensão e outras atividades formativas de graduação e pós- graduação *lato sensu* e *strito sensu* utilizando metodologia da

EAD, para atendimento à linha de educação continuada,

4. desenvolvimento de propostas pedagógicas, no âmbito de programas experimentais, que venham atender zonas urbanas e rurais, e

5. realização de pesquisas dirigidas à utilização de novas tecnologias para o processo de educação profissional.

A UFSJ pretende adotar as seguintes diretrizes básicas para nortear as suas atividades no campo da Educação Aberta e a Distância:

1. promoção de ações que visem à democratização do acesso de todos à educação.

2. garantia de continuidade e melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.

3. conquista da redução da exclusão social mediante ações concretas de práticas educativas.

4. diminuição das barreiras geográficas de espaço e tempo, em que a universidade vá até o aluno que não pode vir até ela a partir do uso das tecnologias como possibilidade de uma nova concepção de Educação.

5. desenvolvimento de programas que estejam em sintonia com as necessidades do mercado através de parcerias com empresas locais, regionais e nacionais.

Especificamente, o curso de Administração Pública a distância está planejado para ser ofertado em 7 (sete) Polos de Apoio Presencial na oferta de 2025, conforme Quadro 1 a seguir, podendo ter entradas em outros períodos e polos distintos, mediante aprovação da UAB/CAPES e CONEP.

Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas em 2025/1º.

Município Polo		N. de vagas
1	Boa Esperança - MG	30
2	Illicinea - MG	30
3	São João del-Rei - MG	30
4	Andrelândia - MG	30
5	Paraisópolis - MG	30
6	Itapevi - SP	30
7	São Paulo - Pirajussara- SP	30
<b>TOTAL</b>		<b>210</b>

## 8 – Aspectos institucionais

### 8.1 – Missão

A “Universidade Federal de São João del-Rei, como instituição pública, assume a missão de educar, desenvolvendo com excelência as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa de forma indissociável, contribuindo na indução de mudanças e avanços na direção de uma sociedade justa e igualitária, por meio do encontro, da análise e da construção de práticas e conhecimentos, considerando os contextos acadêmicos, éticos, culturais, sociais e ambientais” (UFSJ, 2024b)

### 8.2 – Princípios e valores

Os princípios da UFSJ, conforme o Art. 3º de seu Estatuto, são:

- Ética;
- Gestão democrática;
- Natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União;
- Liberdade e excelência de Ensino, Extensão e Pesquisa, bem como difusão e socialização crítica do saber, sem discriminação de qualquer natureza;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Universalidade e interdisciplinaridade do conhecimento;
- Indissociabilidade entre Ensino, Extensão e Pesquisa;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos;
- Exercício da justiça e bem-estar do ser humano;
- Transparência nas ações institucionais;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Desenvolvimento cultural, científico, artístico, tecnológico, social e econômico da região, do estado e do país;
- Compromisso com a solidariedade entre os povos, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação.

A UFSJ baseia-se nos seguintes valores:

- Cidadania – assegurar a liberdade, os direitos e as responsabilidades individuais e comunitárias;
- Cooperação – interagir para o bem comum: local, regional, nacional e

internacionalmente;

- Criatividade – inovar teórica e empiricamente, na construção interdisciplinar de conhecimentos relevantes à transformação socioambiental;
- Dignidade – tratar e retratar com respeito toda pessoa e comunidade;
- Diversidade – respeitar e incluir pessoas e comunidades, em seus modos de ser e agir, considerando suas características distintivas;
- Equidade – promover compartilhamento justo das condições fundamentais ao desenvolvimento humano;
- Ética – agir à luz das ideias de universalidade, respeito, integridade e dignidade de todos os sujeitos de direito;
- Sustentabilidade – produzir conhecimento eticamente responsável, consciente de que desenvolvimento socioeconômico não pode ser dissociado da preservação e conservação ambiental.

### **8.3 – Outros aspectos**

A missão, princípio e valores da UFSJ são ratificadas pelas comunidades interna e externa, ao avaliar a inserção dessa Instituição no ambiente local, regional, nacional e global, bem como no contexto atual. Tendo isso em vista, são traçadas a seguir a finalidade, os objetivos e as estratégias da UFSJ.

A UFSJ, conforme Art. 4º de seu Estatuto, tem por finalidade a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável entre si e integrados na educação do cidadão, na formação científica e técnico-profissional, na difusão da cultura e na produção filosófica, artística, científica e tecnológica.

A UFSJ define seus objetivos gerais no art. 5º de seu Estatuto:

- Estimular o desenvolvimento do espírito científico e da reflexão crítica;
- Incentivar a pesquisa científica e tecnológica e a produção cultural;
- Promover ampla divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, tanto aqueles que constituem patrimônio da humanidade, quanto os produzidos pela Universidade Federal de São João del-Rei;
- Incentivar o permanente aperfeiçoamento científico, cultural e profissional.

Para alcançar seus objetivos, a UFSJ estabelece as estratégias no art. 6º de seu Estatuto:

- Formar e colaborar na formação contínua de diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, de tal modo a se tornarem aptos para a inserção no mundo do trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Estudar os problemas do mundo contemporâneo, em particular os nacionais e regionais, com o propósito de contribuir para a busca de soluções para os mesmos;
- Estabelecer com a comunidade uma relação de reciprocidade, através da qual a Universidade coloque ao alcance dela, por meio de cursos e serviços especializados, a técnica, a cultura e os resultados das pesquisas que realizar;
- Ampliar e fortalecer os vínculos da Universidade com instituições de Educação Básica, sobretudo as públicas;
- Ampliar e fortalecer a rede de tecnologias de informação e de comunicação da Universidade e facilitar o acesso a ela por parte da comunidade interna e externa, na forma da lei;
- Aperfeiçoar a cultura de avaliação e de prestação de contas de suas atividades à comunidade interna e externa.

## **9 – Concepção do Curso Administração Pública a distância**

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFSJ foi criado para atender à crescente necessidade de formação de gestores públicos capacitados a atuar de forma estratégica e integrada nas esferas regional, nacional e internacional. Comprometido com os princípios de uma educação superior pública, gratuita e de qualidade, o curso contribui diretamente para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e equitativa, alinhando-se à missão institucional da UFSJ.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil tem passado por profundas mudanças no cenário da gestão pública. A redistribuição de competências entre União, estados e municípios conferiu maior protagonismo aos entes subnacionais, que assumiram responsabilidades em áreas fundamentais, como saúde e educação. Os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais. Exemplos marcantes incluem a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), mais tarde ampliado para o Fundeb, abrangendo toda a educação básica.

Essa reconfiguração exigiu a reorganização das estruturas administrativas locais e a adoção de práticas de gestão mais modernas e eficazes. No entanto, muitos estados e municípios ainda enfrentam desafios para implementar modelos de governança que atendam às novas demandas de suas competências constitucionais, além de integrar ações com outros níveis de governo, o mercado e a sociedade civil.

Nesse contexto, a capacitação de gestores públicos tornou-se uma prioridade para o fortalecimento da administração pública no Brasil. A promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) intensificou essa necessidade ao estabelecer critérios para uma gestão equilibrada e responsável das finanças públicas, exigindo servidores qualificados para gerenciar recursos de maneira eficiente e ética.

Iniciativas como o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e a rede nacional de escolas de governo, coordenada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), representam esforços para atender a essa demanda, promovendo a formação de

gestores capacitados em todas as esferas governamentais.

O curso oferecido pela UFSJ combina abordagens teóricas e práticas, integrando saberes multidisciplinares como administração, ciência política, economia, sociologia e direito. Além disso, inclui metodologias quantitativas e qualitativas aplicadas à gestão pública, formando profissionais aptos a enfrentar os desafios da governança contemporânea e a atuar de forma ética e inovadora em prol do interesse público.

Essa formação amplia as competências necessárias para que os egressos contribuam de maneira significativa nos processos decisórios e na implementação de políticas públicas, seja em nível municipal, estadual ou federal, reforçando o compromisso da UFSJ com o desenvolvimento social e o fortalecimento das capacidades institucionais do Estado.

Ademais, o Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância representa a união de duas importantes instâncias da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ: O Núcleo de Educação a Distância – NEAD e o Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis - DECAC.

O Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis – DECAC desenvolve há mais de 30 anos o curso de Administração de Empresas e há 20 anos o curso de Ciências Contábeis. Ademais, por mais de uma década ofertou conjunto de especializações nas áreas de Finanças, Controladoria, Gestão Ambiental, Empreendedorismo, Logística, Gestão Ambiental e Social, Marketing, e Perícia Contábil. O DECAC contribuiu com a parcela majoritária dos docentes do Bacharelado em Administração Pública ofertado a partir de 2010 e conta atualmente com 29 (vinte e nove) docentes doutores.

Pretende-se desta forma unir as experiências exitosas do NEAD e do DECAC de forma que possam difundir, na modalidade de educação a distância, o conhecimento da ciência da administração pública para a população que necessita deste tipo de acesso a educação. Ademais, historicamente este curso conta com a participação de professores dos seguintes departamentos e setores da UFSJ: Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Matemática Estatística e Ciências da Computação, Serviço Médico.

## 9.1 – Diretrizes metodológicas para formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

I – o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II – a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;

III – a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

## 9.2 – Dimensões de formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a

construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

### **9.3 – Concepção pedagógica do Curso**

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar

atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – será realizado na forma como estabelecer instrução normativa elaborada pelo Colegiado do Curso respeitando as normas e legislações vigentes na UFSJ e poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

### **9.3.1 – Objetivo geral**

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

### **9.3.2 – Objetivos específicos**

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e

- controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
  - IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
  - V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
  - VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
  - VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

## **9.4 – Perfil do egresso**

O curso de Administração Pública da UFSJ está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento,

consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela UFSJ deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e

- comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
  - VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

**O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:**

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- IV. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- V. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VI. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o

- processo da tomada de decisão;
- VIII. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
  - IX. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
  - X. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

## 9.5 – Organização curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima.

## **9.6 – Carga horária**

A carga horária total do curso contempla 3.470 horas.

## **9.7 – Matriz curricular**

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;
- II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter

aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

- III. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;
- IV. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio da UFSJ.
- V. Atividades de extensão – 350 horas conforme Resolução CNE/CES 07/2018 “devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

Quadro 2 - Resumo de distribuição da carga horária

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
<b>Disciplinas obrigatórias</b>	<b>174</b>	<b>2.550</b>	<b>73</b>
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	690	20
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.770	51
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	90	3

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
<b>Demais disciplinas</b>	<b>6</b>	<b>150</b>	<b>4</b>
- Disciplinas eletivas	4	60	2
- 3 Disciplinas optativas	6	90	3
<b>TCC</b>	<b>8</b>	<b>120</b>	<b>3</b>
<b>Estágio Supervisionado</b>	<b>12</b>	<b>180</b>	<b>5</b>
<b>Atividades Complementares</b>	<b>8</b>	<b>120</b>	<b>3</b>
<b>Atividades de Extensão</b>		<b>350</b>	<b>10</b>
<b>Carga horária total do Curso</b>	<b>208</b>	<b>3.470</b>	<b>100</b>

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFSJ estão especificadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
3	Auditoria e controladoria	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
4	Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
5	Administração Pública Brasileira	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
6	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	30	FB	Geral	Obrigatória
7	Ciência Política	2	30	FB	Pub.	Obrigatória
8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
9	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
10	Cooperação Internacional	4	60	FP	Geral	Obrigatória
11	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
12	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
13	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Pub.	Optativa
14	Economia Brasileira	4	60	FB	Geral	Obrigatória
15	Empreendedorismo governamental	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Estatística Aplicada à Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Estratégia nas Organizações Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
18	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Geral	Obrigatória
20	Gestão da qualidade no Setor Público	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
21	Gestão de Operações e Logística I	2	30	FP	Geral	Optativa
22	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
23	Gestão de Projetos Públicos	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
24	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	30	FP	Pub.	Obrigatória

(Continua)

(Continuação)

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
25	Gestão do Conhecimento	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
26	Gestão Social e Participação Popular	4	60	FP	Geral	Obrigatória
27	Governo Eletrônico	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
28	Inovação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
29	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
30	Introdução à EaD	2	30	FC	Geral	Obrigatória
31	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
32	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
33	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	30	FB	Geral	Optativa
34	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Marketing e Sociedade	2	30	FB	Geral	Optativa
36	Matemática Financeira	2	30	FP	Geral	Obrigatória
37	Matemática para Administradores	4	60	FP	Geral	Obrigatória
38	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
39	Métodos e técnicas de estudos	2	30	FB	Geral	Obrigatória
40	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
41	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
42	Organização, Sistemas e Métodos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
43	Planejamento Governamental	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
44	Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
45	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Redação Oficial	2	30	FB	Geral	Optativa
47	Regulação de Serviços Públicos	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
48	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
49	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
50	Tópicos especiais de gestão municipal	2	30	FP	Pub.	Optativa
51	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória

(Continua)

(Continuação)

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
52	Teorias da Administração I	4	60	FB	Geral	Obrigatória
53	Eletivas I	2	30	-	-	Obrigatória
54	Eletivas II	2	30	-	-	Obrigatória
55	Tópicos Especiais Temáticas Contemporâneas da Gestão Pública I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
56	Tópicos Especiais em Temáticas Contemporâneas da Gestão Pública II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
57	Tópicos Especiais em Temáticas Contemporâneas da Gestão Pública III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
58	TCC I	4	60	-	-	-
59	TCC II	4	60	-	-	-

Legenda: CR – Créditos; FB – Conteúdos de Formação Básica; FP – Conteúdos de Formação Profissional.

## 9.8 – Conteúdo programático

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

## 9.9 – Disciplinas eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do Módulo VI, cujos conteúdos remetem a temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que já são ofertadas pela UFSJ na modalidade à distância, será regida por instrução normativa definida pelo Colegiado em consonância por normas e legislações vigentes.

## 9.10 – Tópicos especiais em Temáticas Contemporâneas na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional da Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temáticas Contemporâneas na Gestão Pública, as questões específicas relativas a oferta desses tópicos serão regulamentadas por instrução normativa definida pelo Colegiado em consonância por normas e legislações vigentes.

Espera-se que, nessas disciplinas, possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.

## 9.11 – Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado totaliza 180 (cento e oitenta) horas e será cumprido de acordo com a Resolução vigente da UFSJ que trata da política de Estágio dos curso de graduação da instituição, observados, dessa forma, os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7.

O Colegiado de Curso regulará essa matéria respaldada na legislação e normas vigentes.

A equivalência das atividades de extensão, monitoria e iniciação científica ou profissional ao estágio, de forma parcial ou integral, será regulamentada por instrução normativa a ser editada pelo Colegiado de Curso, observando as diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e demais normativas institucionais aplicáveis

## 9.12 – Atividades Complementares

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 3,4% da carga horária total do curso, e serão regulamentadas pela UFSJ via Instrução Normativa emitida pelo Colegiado do Curso obedecendo as normas e legislações vigentes da UFSJ.

Dentre as atividades, destacam-se:

- ▶ Oficinas com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada Módulo ou concentradas em Módulos específicos.
- ▶ Palestras cujos temas permeiam a gestão pública.

- ▶ Visitas Técnicas.
- ▶ Cursos de língua estrangeira;
- ▶ Cursos de informática.
- ▶ Estágio-extra curriculares
- ▶ Monitoria;
- ▶ Matrículas/disciplinas complementares;
- ▶ Participação em eventos;
- ▶ Produções técnicas ou científicas;
- ▶ Publicações;
- ▶ Viagens de Estudos;
- ▶ outros

### 9.13 Atividades de Extensão

No Curso de Graduação em Administração Pública - Modalidade a Distância, a Formação em Extensão desempenha um papel fundamental ao proporcionar aos discentes oportunidades de integração entre ensino, pesquisa e atividades voltadas à prática social. Essas experiências permitem que os estudantes contribuam na construção de soluções para problemas reais, promovendo reflexões e ações voltadas ao fortalecimento das comunidades e à melhoria da gestão pública.

Por meio das linhas extensionistas do curso, os discentes são incentivados a interagir com as comunidades locais e regionais, desenvolvendo uma compreensão mais profunda das demandas sociais e do papel transformador que a universidade exerce no apoio a essas comunidades. Essa abordagem visa não apenas fortalecer a conexão entre teoria e prática, mas também ampliar a visão dos futuros profissionais sobre os desafios e as possibilidades na administração pública.

As atividades extensionistas promovem um ambiente de interdisciplinaridade e colaboração, enriquecendo a formação acadêmica dos estudantes e estimulando o

desenvolvimento de competências essenciais para a gestão pública, como a capacidade de liderança, tomada de decisão e inovação.

A Resolução 07/2018, do CNE, a qual estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, define que os cursos deverão considerar a extensão como atividade obrigatória. No Art. 12, da referida resolução, está estabelecido o mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação para as atividades de extensão.

Os discentes deverão realizar as atividades de extensão ao longo do curso, somando um total mínimo de 350 horas, conforme previsto para a integralização curricular, sendo iniciadas a partir do 2º Módulo. As Atividades de Extensão, como componente curricular complementar, poderão ser oferecidas em prazos diferentes daqueles determinados pelo Calendário Acadêmico, podendo ter duração maior que a do semestre letivo. Os discentes podem participar de quaisquer atividades de Formação em Extensão oferecidas pela UFSJ e/ou por outra Instituição de Educação Superior.

As diretrizes e regulamentações que norteiam a Formação em Extensão no curso de Administração Pública serão detalhadas em Instrução Normativa elaborada pelo Colegiado do Curso respeitando as normas e legislações vigentes da UFSJ, assegurando que as ações estejam alinhadas aos objetivos formativos e à missão da universidade.

## 10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **o estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **professores autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs));
- **professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **professores pesquisadores:** ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- **tutores:** bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e
- **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

## 10.1 – Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

O pessoal técnico-administrativo da equipe multidisciplinar será composto pelos seguintes atores:

- Secretaria Executiva;
- Analista de Sistemas;
- Diagramador;

- Design Instrucional;
- Web Design;
- Suporte de Rede;
- Docentes que atuam na Gestão do curso (ver Quadro 4)
- Docentes que atuam no desenvolvimento do curso (serão selecionados via Edital)

#### **DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO**

<b>Função</b>	<b>Forma de seleção</b>	<b>Titulação</b>	<b>Dedicação</b>
Coordenação do Curso	Norrmnas da UAB/CAPES e/ou UFSJ	Doutor	DE
Vice-Coordenação	Norrmnas da UAB/CAPES e/ou UFSJ	Doutor	DE
Coordenação de Estágios	Norrmnas da UAB/CAPES e/ou UFSJ	Doutor	DE
Coordenador de Tutores	Norrmnas da UAB/CAPES e/ou UFSJ	Doutor	DE

A gestão administrativa e pedagógica do curso será desenvolvida pelo colegiado do curso instituído. O Coordenador e vice-coordenador serão eleitos e/sou selecionados conforme normas e legislações vigentes da UAB/CAPES e/ou UFSJ.

## **10.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar**

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme programação da UFSJ, com vista a viabilizar um processo contínuo de formação para os participantes do curso. O Nead oferece uma equipe multidisciplinar especializada. Esta equipe planeja momentos e espaços formativos para melhorar a interação entre os envolvidos e, ainda, apoia a criação de materiais educacionais digitais.

Para garantir a formação contínua de professores, estudantes e tutores, a Nead oferece apoio permanente por meio de oficinas, reuniões de estudo, lives, *podcasts*, tutoriais, encontros e debates sobre a utilização de recursos tecnológicos na educação e a produção de materiais educacionais digitais para diversas disciplinas.

Ademais, coordenação do curso por meio de reuniões periódicas com tutores, coordenadores e professores das disciplinas discutirá questões pedagógicas e tecnológicas, bem como acompanhará o progresso dos estudantes na construção do conhecimento e mediará as aprendizagens.

## **10.3 Docentes que participam da Gestão do Curso**

O corpo docente será composto por professores da UFSJ, bem como poderá contar com especialistas externos, que possuam qualificação acadêmica compatível e experiência de pesquisa nas temáticas do curso conforme definido no Edital de Seleção de docentes ou equivalente substituta.

Os docentes serão selecionados por meio de edital de acordo com a portaria CAPES nº 309 de 27 de setembro de 2024.

## **10.4 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico Administrativa**

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da

ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ os processos de orientação e avaliação próprios;
- ▶ o monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.

### **Rede Comunicacional**

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UFSJ e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a UFSJ.

## **Produção de Material Didático**

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, e deverão ser atualizadas pelos docentes da disciplina, os quais respeitarão a ementa. As disciplinas eletivas e de “Tópicos de Temas Contemporâneos na Gestão Pública” devido ao caráter contemporâneo serão definidas as ementas pelo Colegiado do Curso e elaborados os materiais pelos docentes selecionados via Edital.

### **11.1 – Sistema de Tutoria**

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e

pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UFSJ antes do início do curso e ao longo do curso.

A proposta do curso inclui a participação de tutores a distância para atender às demandas dos estudantes e garantir a qualidade do ensino. Esses tutores atuarão como mediadores e orientadores, trabalhando em conjunto com os professores do curso nas atividades de cada disciplina. Eles acompanharão o desenvolvimento de cada aluno e turma, utilizando os recursos e instrumentos da Plataforma. O número de tutores será determinado pela UAB, conforme o número de estudantes matriculados.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com seus recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

## **11.2 – Encontros presenciais**

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os

atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Os Encontros Presenciais acontecerão, preferencialmente, bimestralmente ao final dos módulos ou a critério do Colegiado. Estes encontros poderão ocorrer na sede da UFSJ ou nos polos, em dias de semana e/ou final de semana ficando a critério do Colegiado do Curso.

## **12.– Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem**

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

### **12.1 – Avaliação Institucional**

A avaliação institucional do curso de Administração Pública à distância da UFSJ seguirá os mesmos critérios aplicados aos demais cursos da Universidade. Isso inclui a avaliação dos professores pelos alunos e a avaliação institucional, ambas conduzidas periodicamente pela Comissão Permanente de Avaliação da UFSJ. Além disso, a avaliação das disciplinas pelos alunos será realizada semestralmente pela Coordenação do Curso de Administração Pública.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da CONAES.
- Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto-avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

## **12.2 – Avaliação dos Subsistemas de EaD**

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

### **Avaliação do Material Didático**

A avaliação do material didático será realizada por uma comissão editorial a ser constituída por professores da UFSJ, observando-se os seguintes pontos:

- Cientificidade
- Contextualização
- Diversidade
- Historicidade

- Construção
- Interação
- Adequação às tecnologias utilizadas

### **Avaliação da Orientação Docente e da Tutoria**

O trabalho dos tutores e docentes será avaliado por meio de formulário próprio, guiando-se por instrumento já adotado na universidade que será preenchido pelos alunos ao final de cada semestre, com o objetivo de apontar as falhas no sistema de orientação acadêmica e tutoria, mostrar problemas relativos à modalidade da educação a distância e redimensionar as atividades posteriores.

### **Avaliação da Infra estrutura e suporte tecnológico e científico**

A avaliação de infra-estrutura e o suporte tecnológico e científico ficará a cargo de profissionais que integram o Núcleo de Educação a Distância – Nead.

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

## **12.3 – Avaliação de Aprendizagem**

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a

capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
  - obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
  - desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.
- O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas em três situações distintas sempre em conformidade com os artigos 4º e 24 do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a avaliação de desempenho do estudante se dará mediante:

- O cumprimento das atividades programadas, ou seja, estudo do conteúdo e realização de atividades propostas pelo professor de cada disciplina, que serão enviadas e avaliadas pelos tutores, conforme critérios previamente determinados pelos professores especialistas;
- Realização de exames presenciais, ao final de cada unidade curricular, elaborada pelo conjunto de professores das disciplinas cursadas, observando-se o caráter interdisciplinar dos conteúdos;
- Trabalho de Conclusão que será desenvolvido pelo aluno durante o transcorrer dos estudos sob orientação de um professor especialista.

A nota final das disciplinas atribuída será composta na proporção de 40% em atividades online realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e 60% por meio da realização de avaliações presenciais aplicadas no Polos de Apoio Presencial ou em outros locais definidos pela coordenação do curso, conforme incisos 1º e 2º do artigo 5º da resolução 012/2022 do CONEP.

## 13. Processo de Comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão:

- Webconferência e demais plataformas de interação síncrona virtuais realizadas via Plataforma AVA *Moodle* ou informada por essa plataforma.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e que a coordenação pode postar informações a serem divulgadas; fóruns; podcast; vídeos; e-mails entre outros informados via Plataforma AVA *Moodle*.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. . Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/copy\\_of\\_EDITAL\\_N1\\_PNAP\\_DED\\_CAPES\\_2009.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/copy_of_EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados de Cidades diversas do Estado de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ). **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2019 a 2023**. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/Res025Consu\\_PDI\\_2019-2023\\_VersoFinal%20\(2\).pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/Res025Consu_PDI_2019-2023_VersoFinal%20(2).pdf). Acesso em: 07 ago. 2024a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ). **UFSJ em números 2019 a 2022**. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/tpc/UFSJ%20em%20numeros%202022%20para%20publicar%20na%20pagina%20TPC.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024b.

## ANEXO A – Fluxo

<u>1º MÓDULO</u>	<u>2º MÓDULO</u>	<u>3º MÓDULO</u>	<u>4º MÓDULO</u>	<u>5º MÓDULO</u>	<u>6º MÓDULO</u>	<u>7º MÓDULO</u>	<u>8º MÓDULO</u>
360 h/a	440 h/a	440 h/a	410 h/a	440 h/a	440 h/a	440 h/a	380 h/a
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia das Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração I	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Políticas Públicas	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional II	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Gestão do Conhecimento	Eletiva I	Eletiva II	Optativa III
Ciência Política		Optativa I					
Introdução à EaD	Temas Especiais de Temáticas Contemporâneas na Gestão Pública I	Temas Especiais de Temáticas Contemporâneas na Gestão Pública II	Temas Especiais de Temáticas Contemporâneas na Gestão Pública III			TCC I	TCC II
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	
	Extensão 50h	Extensão 50h	Extensão 50h	Extensão 50h	Extensão 50h	Extensão 50h	Extensão 50h

## ANEXO B – Ementário

### MÓDULO 1

<b>FILOSOFIA E ÉTICA</b> <b>60 horas – 4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>
Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CHAUI, Marilena. <b>Iniciação à Filosofia</b> . São Paulo: Editora Ática, 2017.  MARCONDES, Danilo. <b>Textos básicos de Filosofia</b> : dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.  SERRANO, Pablo Jimenez. <b>Ética e Administração Pública</b> . Rio de Janeiro: Alinea, 2017.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
APEL, Karl-Otto. <b>Estudos de moral moderna</b> . Petrópolis: Editora Vozes, 1994.  HADOT, Pierre. <b>O que é a filosofia antiga?</b> 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.  MARCONDES, Danilo. <b>Textos básicos de Ética</b> : de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.  VASQUEZ, Adolfo Sanchez. <b>Ética</b> . 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.  WEBER, Max. <b>A ética protestante e o espírito do capitalismo</b> . São Paulo: Martin Claret, 2001.
<b>TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I</b> <b>60 horas – 4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>

O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. **Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, João Bosco. **História da Administração**. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia: História de uma ideia revolucionária**. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar**. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

### **INTRODUÇÃO À ECONOMIA**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e

eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MANKIWI, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia**: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

### **MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS**

**30 horas – 2 créditos**

#### **EMENTA**

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNABE, Tierno. **As melhores técnicas de estudo**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos**. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo: Atlas, 2014.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. **Introdução às técnicas do trabalho intelectual**. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. **Leitura dinâmica e memorização**. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 2016.

## CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Democracia, Mercado e Estado. O B de BRICS**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

## PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMINI, Cecília W. **Liderança**: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009.

SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

### CIÊNCIA POLÍTICA

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política:** quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. **Política:** cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

## INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA.** 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância.** Fortaleza: RDS, 2010.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

## MÓDULO 2

### INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.

DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). **Instituições de Direito Público e Privado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

### **CONTABILIDADE GERAL**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstrac o do Valor Adicionado, Demonstrac o do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apurac o do Resultado do Exercício.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por A oes**: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. **Contabilidade introdutória**. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIPECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. **Curso de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

### MACROECONOMIA

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia: esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

## MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. **Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. **Mathematics For Business: Fourth Edition**. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. **Business Mathematics**. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. **Matemática Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, *Accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. *In*: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. **Documento aprobado**. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública**: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

## SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. **Manual de Psicossociologia das Organizações**. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. **Repensando as organizações**: da formação à participação. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. **Sociologia das organizações**: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologias das organizações**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

### **TÓPICOS EM TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I**

**30 horas – 2 créditos**

#### **EMENTA:**

Disciplina que possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública, apresentando as suas metodologias e ferramentas. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção à gestão em setores específicos e a assuntos emergentes e a assuntos de interesse local/regional, como: saúde, educação, ensino, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, entre outros.

Bibliografia será definida de acordo com temas da ementa

## **MÓDULO 3**

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e *ninguendade*. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

### **ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. **Introdução à Estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. **Estatística Teoria e Aplicações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOESCH, Claudio. **Probabilidade e Estatística**. São Paulo: LTC, 2013.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e a sua prática**. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014

TRIOLA, Mario. F. **Introdução à Estatística**. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

### **CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em:  
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo os Resultados Fiscais**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. **Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

### TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

### **MATEMÁTICA FINANCEIRA**

**30 horas – 2 créditos**

#### **EMENTA**

Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas, 2016.

FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). **Introdução a Matemática Financeira**. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. **Matemática Financeira: com HP 12C e Excel**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Roberto G. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2014.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira: com utilização da HP-12C**. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, Lilia Ladeira. **Matemática financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

### **GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEZERRA, Marcos Otavio. **Política, Governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Gestão Social e Gestão Pública**: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

## **TÓPICOS EM TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II**

**30 horas – 2 créditos**

Disciplina que possa ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública, apresentando as suas metodologias e ferramentas. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção à gestão em setores específicos e a assuntos emergentes e a assuntos de interesse local/regional, como: saúde, educação, ensino, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, entre outros.

Bibliografia será definida de acordo com temas da ementa

## **MÓDULO 4**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito Administrativo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

### **PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

CARDOSO JR., José Celso (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3182/1/A%20reinven%C3%A7%C3%A3o%20do%20planejamento%20governamental%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2007. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/655>. Acesso em: 08 ago. 2024.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. *In*: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. **Documento aprobado**. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>.

#### METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

### **ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS**

**60 HORAS – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos e Processos**: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial**: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

### DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistemas de Informação para tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 2011.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Editora Person, 2014.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Sistemas de Informação na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

MELO, Ivo Soares. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Pioneira, 2006.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Cengage, 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: LTC, 2016

STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. **Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

#### **TÓPICOS EM TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III**

**30 horas – 2 créditos**

Disciplina na qual possa ser tratadas as questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública apresentando a metodologias e suas ferramentas. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção à gestão em setores específicos e a assuntos emergentes e a assuntos de interesse local/regional, como: saúde, educação, ensino, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, entre outros.

Bibliografia será definida de acordo com temas da ementa

## MÓDULO 5

### ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia**: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público**: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). **Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento**: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). **Estratégia**: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica**. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica**: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

## GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de Recursos Humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). **Gestão de pessoas**: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. de. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

## ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais**. Brasília: ENAP, 2015.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

## ECONOMIA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BACHA, Carlos José Caetano. **Entendendo a economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

WERNER, Baer. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

## GOVERNO ELETRÔNICO

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_48.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede**: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais**: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro**: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: [http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_eGOV\\_2013\\_LIVRO\\_ELETRONICO.pdf](http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual**: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: XX xxx. XXXX.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo**: subsídios e Programa e-Brasil. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. **Governo Eletrônico** - Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.

## GESTÃO DO CONHECIMENTO

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARBIERI, Luiz Fernando S. **Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: UFF, 2009.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública**. Brasília: IPEA, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANGELONI, Maria Terezinha (org.). **Gestão do Conhecimento no Brasil**: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

GATTONI, Roberto Luís Capuruço. **Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos**. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento**: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

## MÓDULO 6

### GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto.

Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. *Softwares* para o gerenciamento de projetos.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

CLEMENTE, Ademir (org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). **Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. **Gestão de projetos**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. **Gestão de Programas e Projetos Públicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GENARI, Breno. **Introdução ao PERT básico**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf>.  
Acesso em: XX xxx. XXXX.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

### **ORÇAMENTO PÚBLICO**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano

Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. **Anais** [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

## LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

## ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais**: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.

### **ELETIVA I**

**30 horas – 2 créditos**

Disciplina dedicada a temas emergentes relacionados a administração pública, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional.

Bibliografia será definida de acordo com temas da ementa

## **MÓDULO 7**

### **AUDITORIA E CONTROLADORIA**

**60 horas – 4 créditos**

#### **EMENTA**

Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. **Auditoria governamental**: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Inaldo. **Auditoria Governamental**: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria governamental**. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

### REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.

COUTINHO, Diogo R. **Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Sérgio. **Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei**. Porto Alegre: ABAR, 2004.  
Disponível em: <http://abar.org.br/?mdocs-file=47701>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. **O Poder Normativo das Agências Reguladoras**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

### NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e *feedback*. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. **Negociação e administração de conflitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. **Novos temas de arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, Roberto Portugal. **Medição e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem: mediação, conciliação**, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. **Estilos de negociação: as oito competências vencedoras**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Jaci Corrêa. **Negociação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

### INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. **Inovação no Setor Público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP-IPEA, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31178](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178). Acesso em: XX xxx. XXXX.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação**: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). **Inovação na Gestão Pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

### GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

30 horas – 2 créditos

#### EMENTA

Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. **Gestão da Qualidade na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2014.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. **Excelência em gestão pública**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

JURAN, Joseph M. **A qualidade desde o projeto**: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.

MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. **Gestão da qualidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública**: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VELOSO, Luiz Paulo. **QualiCidades**: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.

#### ELETIVA DA IPES II

30 horas – 2 créditos

Disciplina dedicada a temas emergentes relacionados a administração pública, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional.

Bibliografia será definida de acordo com temas da ementa

## MÓDULO 8

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CABRAL, Eloisa Helena de. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). **Um sensível olhar sobre terceiro setor**. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social**. São Paulo: Qualitymark, 2011.

## GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

60 horas – 4 créditos

### EMENTA

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). **Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão ambiental empresarial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. **Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

## GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. **Governanças de redes: economia, política e sociedade**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. **Práticas de gestão de redes de cooperação**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). **Redes Sociais e Organizacionais em Administração**. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis M. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: UNESP, 2014.

## EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL

30 horas – 2 créditos

### EMENTA

Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

GERBER, Michael E. **Empreender Fazendo a Diferença**. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BANDEIRA, Cynthia. **Aprender a Empreender**. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. **Empreendedorismo e Estratégia**. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLONCA, Davi. **Gestão por Resultados na Administração Pública**. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

60 horas – 4 créditos

#### EMENTA

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

RICÚPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC\\_05\\_05\\_V\\_7.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.

## DISCIPLINAS OPTATIVAS

<b>REDAÇÃO OFICIAL</b> <b>30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1A)</b>
<b>EMENTA</b>
Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. <b>Manual de Redação</b> . Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.  BRASIL. Presidência da República. <b>Manual de redação da Presidência da República</b> . 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.  GOLD, Miriam. <b>Redação Empresarial</b> . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
BLIKSTEIN, Izidoro. <b>Técnicas de comunicação escrita</b> . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.  BUSUTH, Mariangela Ferreira. <b>Redação Técnica Empresarial</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.  LEDUR, Paulo Flávio. <b>Manual de Redação oficial</b> . 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.  MEDEIROS, João Bosco. <b>Correspondência: técnicas de comunicação criativa</b> . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.  SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. <b>Padronização e redação dos atos oficiais</b> . 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.

## LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1B)

### EMENTA

Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. **Teorias de aquisição da linguagem**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. **Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FELIPE, Tânia A. **LIBRAS em contexto: curso básico**. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, José Carlos de. **Didática e Educação de surdos**. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). **Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais**. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

## MARKETING E SOCIEDADE

30 horas – 2 créditos - (disciplina Optativa 2A)

### EMENTA

Filosofia, papel e impacto do *marketing* nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do *marketing* social. O sistema de formação e do planejamento do *marketing* social. O *marketing* de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do *marketing* social.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS; Sérgio Roberto *et al.* **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing: Teoria e Casos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. **Marketing: política e sociedade**. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. **Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. **Revista Eletrônica da Administração** (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

**GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I**  
**30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 2B)**

**EMENTA**

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física**. São Paulo: Atlas, 2012.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. **Gestão Logística da Cadeia de Suprimento**. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

CORRÊA, Henrique Luiz. **Gestão de Redes de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. **Logística e Operações Globais**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2015.

## DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3A)

### EMENTA

Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRAZZA, Roque Ant nio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

CASSONE, Vittorio. **Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

## TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3B)

### EMENTA

O fen meno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de

formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). **Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: IPEA, 2011.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para Municípios**: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Guia Básico para a Gestão dos Municípios**. Brasília: MP, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.

## ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso

Os docentes serão selecionados por meio de edital de acordo com a portaria CAPES nº 309 de 27 de setembro de 2024.

Será composto por docentes do quadro efetivo da UFSJ de acordo com a área do curso e da disciplina sendo elaborado e deliberado pelo Colegiado.

### Corpo Docente que participa da Gestão do Curso

Função	Docente	Formação	Titulação	Dedicação
Coordenação do Curso	Prof. Pablo Luiz Martins	Graduação em Ciências Contábeis e Administração	Doutorado em Ciência da Linguagem	DE
Membro Colegiado	Prof. Mario Sérgio de Almeida	Graduação em Administração e Ciências Contábeis	Doutor em Administração	DE
Membro do Colegiado	Prof. Oscar Bispo de Almeida Neto	Graduação em Ciências Contábeis	Doutorado em Administração	DE
Membro do Colegiado	Prof. Sálvio de Macedo Silva	Graduação em Administração	Doutorado em Desenvolvimento Sustentável	DE
Membro Núcleo Docente Estruturante	Prof. André Luis Bertassi	Graduação em Ciências Contábeis	Doutorado em Administração	DE
Membro Núcleo Docente Estruturante	Prof. Luiz Gustavo Camaro Nazareth	Graduação em Ciências Contábeis	Doutorado em Administração	DE
Membro Núcleo Docente Estruturante	Prof. Geraldo Magela Jardim Barra	Graduação em Administração	Doutorado em Administração	DE
Membro Núcleo Docente Estruturante	Prof. Mario Sérgio de Almeida	Graduação em Administração e Ciências Contábeis	Doutor em Administração	DE
Membro Núcleo Docente Estruturante	Profa Paula Karina Salume	Graduação em Administração	Doutorado em Administração	DE

## **ANEXO D – Regimento de Estágio**

O regimento de Estágio será anexado, após aprovação do curso nos conselhos superiores, e será baseado na resolução da UFSJ abaixo e suas possíveis alterações.

### **RESOLUÇÃO Nº 016, DE 30 DE JUNHO DE 2021.**

**Regulamenta a política de estágio dos discentes de graduação da UFSJ.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto, o disposto no Art. 86 do Regimento Geral da UFSJ, bem como o Parecer nº 036, de 30/06/2021, deste mesmo Conselho:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Regular a política de estágio dos discentes matriculados e frequentes nos cursos de graduação da UFSJ de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º Estágio é o ato educativo, acadêmico e supervisionado, integrante do itinerário formativo do discente, desenvolvido no ambiente de trabalho e que visa à preparação dos discentes de graduação para o trabalho produtivo.

Art. 3º O estágio, como componente curricular, deve fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo realizado sob a orientação de um docente da UFSJ e sob a supervisão de um profissional designado pela unidade concedente com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do discente estagiário.

Parágrafo único. Unidade concedente é a instituição pública ou privada que tem condições de proporcionar experiência prática na área de formação do discente e que oferece a vaga de estágio em que o discente realizará suas atividades.

Art. 4º O estágio deve:

1 – ser um componente curricular, de espaço privilegiado à articulação entre teoria e prática, devendo guardar coerência com o PPC do curso do discente;

II – pautar-se na articulação entre a educação superior e a área de formação do discente, objetivando a formação geral e específica dos egressos profissionais e indicando competências comuns gerais para o perfil de formação;

III – servir para o desenvolvimento de competências, habilidades e cidadania em situações de aprendizagem conduzidas articuladamente entre a UFSJ e o ambiente profissional;

IV – ser uma atividade educativa, cuja proposta se dá de acordo com a especificidade da formação profissional e cidadã do discente conforme a legislação vigente;

V – ser um dos instrumentos de avaliação previstos no PPC e de verificação da articulação entre todas as unidades curriculares e demais atividades do curso;

VI – contemplar, de acordo com o PPC, as competências e habilidades comuns dos profissionais de cada área e as competências e habilidades específicas de cada profissão;

VII – proporcionar, em cada área, a inserção do discente na comunidade de acordo com as diretrizes pedagógicas de cada curso;

VIII – buscar, por meio das diretrizes institucionais, melhor integração entre os cursos;

IX – ser instrumento de valorização e desenvolvimento docente desde o seu planejamento até os processos de organização das ações educativas;

X – promover melhor articulação entre os cursos, para que se tenha melhor planejamento e desenvolvimento de suas práticas que acontecem em uma mesma unidade concedente;

XI – levar o discente a compreender a unidade concedente também como um espaço de ensino, a fim de que sejam estabelecidas relações de proximidade entre os serviços prestados e a UFSJ;

XII – considerar, como contrapartida, a educação continuada dos supervisores da unidade concedente na relação entre empresa e a UFSJ;

XIII – estimular a Universidade a caminhar para a construção de espaços que contribuam para a formação dos discentes;

XIV – garantir, em sua supervisão, a reflexão sobre a prática profissional, possibilitando a construção da identidade profissional;

XV – conceber-se como ato educativo, reconhecendo seus princípios de relação entre teoria e prática, reflexão do processo de formação profissional, construção de responsabilidade social e, sobretudo, construção da concepção do trabalho na área de formação, como o cuidado com a vida humana, nas condições de nossa realidade social.

Art. 5º O estágio se classifica como:

I - Obrigatório: aquele definido como tal no PPC, cuja carga horária mínima é exigida para aprovação, integralização do curso e obtenção do diploma;

II - Não obrigatório: aquele realizado pelo discente como atividade opcional acrescida à carga horária mínima regular e obrigatória ou como atividade complementar a critério do Colegiado do Curso.

§ 1º Caberá à Coordenação de curso analisar as solicitações de prorrogação do período de estágio quando a carga horária ultrapassar a mínima exigida no PPC, respeitando-se o limite máximo de 2 (dois) anos, conforme prevê legislação vigente.

§ 2º A prorrogação do período de estágio deverá ser formalizada através de Termo

Aditivo assinado pelas partes, devendo ser anexado ao Termo de Compromisso de Estágio.

§ 3º As atividades em estágio na modalidade Não Obrigatório deverão configurar-se em estreita relação com a formação pretendida pelo discente, sendo exigida toda documentação na forma da lei.

Art. 6º No estágio Obrigatório, para aprovação, integralização do curso e obtenção do diploma, é indispensável o cumprimento da carga horária mínima exigida prevista no PPC, sendo vedada a aprovação do discente por percentual de frequência.

Art. 7º Os instrumentos jurídicos que regulamentam o estágio são:

- I - o Convênio para concessão de estágio;
- II – o Termo de Compromisso de Estágio;
- III – o Plano de Estágio.

§ 1º O Convênio de concessão de estágio, de caráter facultativo, é um documento que explicita o processo educativo compreendido nas atividades programadas de estágio de discentes de acordo com a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 2º O Termo de Compromisso de Estágio, documento obrigatório que deverá ser providenciado antes de o discente iniciar o estágio, é um acordo tripartite celebrado entre o discente estagiário, a unidade concedente do estágio e a UFSJ, representada pelo coordenador do curso de matrícula do discente, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e ao tipo da formação acadêmica deste e ao horário e ao Calendário Acadêmico da UFSJ.

§ 3º O Plano de Estágio é um documento obrigatório devendo ser previamente celebrado entre o aluno, o professor orientador e o supervisor da parte concedente, sendo necessário para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário e possibilitando verificar seu desempenho e contribuir para sua formação;

§ 4º É permitida a celebração de convênio entre a UFSJ e a unidade concedente do estágio, cuja minuta será elaborada pelo Setor de Estágios (SESTA) da UFSJ ou, alternativamente, pela unidade concedente, garantindo-se o cumprimento das normas institucionais.

Art. 8º Para a realização do estágio, obrigatório ou não, é compulsória a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, durante todo o período de realização deste, nos termos da legislação vigente.

§ 1º O número da apólice do seguro e a razão social da seguradora deverão constar no Termode Compromisso de Estágio

§ 2º A contratação do seguro é de responsabilidade da unidade concedente, podendo, alternativamente, ser assumida pela UFSJ no caso de estágio obrigatório.

§ 3º Após o cumprimento da carga horária mínima exigida para o estágio obrigatório, conforme estabelecido no PPC, e havendo interesse por parte da concedente em prorrogar o período de realização do estágio, respeitando o limite máximo de 2 (dois) anos conforme prevê a legislação vigente, a contratação do seguro será de responsabilidade da concedente.

§ 4º É vedado ao discente uma nova contratação do seguro pela UFSJ após o cumprimento da carga horária mínima exigida para o estágio obrigatório.

§ 5º Em nenhuma hipótese, a UFSJ contratará seguro para os alunos que realizarão estágio não obrigatório, exceto para aqueles matriculados e frequentes nos cursos de graduação da UFSJ que desenvolverão suas atividades na própria UFSJ, sendo vedado o início do estágio sem comprovação da apólice de seguro.

Art. 9º Os alunos selecionados no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) ou no Programa de Residência Pedagógica (RP) poderão ser incluídos na apólice de seguro contratada pela UFSJ, desde que a carga horária de atividades realizadas nos referidos programas seja objeto de dispensa de carga horária parcial ou total de Unidades Curriculares do tipo Estágio dos cursos de grau acadêmico Licenciatura, estabelecidas pelo Colegiado de Curso.

Art. 10. A jornada de atividade em estágio é definida em comum acordo entre a UFSJ, a unidade concedente e o discente estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso e ser compatível com as atividades acadêmicas do estagiário.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter a jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no PPC ou por deliberação do Colegiado de Curso

§ 2º Nos períodos de férias acadêmicas, a jornada de estágio é estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a unidade concedente, sempre com a interveniência do coordenador de curso.

Art. 11. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo obrigatória a sua concessão, bem como auxílio transporte nos casos de estágio não obrigatório

Art. 12. Para a realização do estágio supervisionado, o discente deverá estar matriculado e inscrito em Estágio na UFSJ.

Parágrafo único - É vedado ao discente se inscrever em unidade curricular do tipo disciplina, após ter integralizado todas as unidades curriculares do curso, para realizar estágio Não Obrigatório

Art. 13. Os discentes regularmente matriculados e frequentes em curso de graduação da UFSJ poderão realizar estágio no exterior, nos termos da legislação vigente e desta Resolução, desde que seja na área de formação de seu curso.

Parágrafo único. É de responsabilidade da Assessoria para Assuntos Internacionais (ASSIN) os procedimentos necessários para a realização de estágio no exterior.

Art. 14. O Colegiado de Curso regulará a matéria no âmbito do curso e disporá sobre:

- I – inserção do estágio no PPC;
- II – carga horária, duração e jornada de estágio, respeitada a legislação vigente;
- III condições para caracterização e definição dos campos de estágio;
- IV sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio.

§ 1º As atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica ou profissionais desenvolvidas pelo discente somente poderão ser equivalentes ao estágio, de forma parcial ou integral, se previstas no PPC ou por deliberação do Colegiado de

Curso.

§ 2º É obrigatória a apresentação periódica, pelo discente, de relatório de suas atividades ao docente orientador, acompanhado da avaliação do supervisor de campo, em prazo não superior a 6 (seis) meses.

§ 3º A avaliação final dos discentes estagiários é de responsabilidade do docente orientador do estágio.

Art. 15. Em hipótese alguma, poderá ser cobrada do discente qualquer taxa administrativa referente à obtenção e realização do estágio obrigatório

Art. 16. A UFSJ, desde que atendida a demanda de estágio de seus discentes, pode também oferecer vagas para estágio a discentes de outras instituições de ensino

§ 1º O preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo será feito por meio de edital elaborado e divulgado pela Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGP).

§ 2º Deverá ser encaminhada ao Setor de Estágios (SESTA) 1 (uma) cópia do edital de que trata o *caput* deste artigo, para conhecimento, divulgação e arquivo.

§ 3º A seguinte documentação é exigida para a realização de estágio na UFSJ por estudantes de outras instituições:

I - documento da instituição de origem, que comprove matrícula e frequência do estudante, com data não superior a 6 (seis) meses;

II - carta de apresentação do estudante fornecida pela instituição de origem

III - apólice de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário contratada pela instituição de origem.

Art. 17. O SESTA poderá recorrer à intermediação de agentes de integração, entre o sistema de ensino e os setores de produção, serviços, comunidades e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado, que atuarão com a finalidade de:

a) identificar, preferencialmente, para o SESTA, as oportunidades de estágio junto a entidades públicas e privadas;

b) facilitar o ajuste das condições de estágio, a constarem do instrumento jurídico próprio

c) prestar serviços administrativos de cadastramento de discentes, campos e oportunidades de estágio, bem como de execução do pagamento de bolsas e outros solicitados pela instituição de ensino.

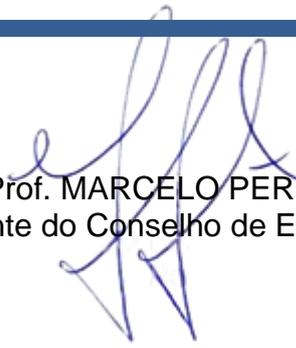
Parágrafo único. Entende-se por agente de integração a instituição pública ou particular que promova a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e a unidade concedente da realização do estágio.

Art. 18. Os casos não previstos nesta Resolução são deliberados pela Próreitoria de Ensino de Graduação (PROEN) da UFSJ.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação em virtude da excepcionalidade do expediente administrativo.

Art. 20 Revoga-se a Resolução nº 025, de 11 de novembro de 2015.

São João del-Rei, 30 de junho de 2021.



Prof. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE  
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Publicado no DOU em: 02/07/2021 | Edição: 123 | Seção: 1 | Página: 62 Publicada no BIN nº 136 em 02/07/2021.